

Procuradoria diz cumprir dever ao cobrar governadores sobre ações na pandemia. Órgão frisa que documentos foram enviados por setor em que o procurador-geral não interfere

PGR nega ação de Aras em ofícios a estados

Evaristo Sa/AFP - 25/9/19



Augusto Aras é criticado nos bastidores da Procuradoria por tentar se cacifar à vaga a ser aberta no STF

Depois de distribuir ofícios a todos os 27 governadores, cobrando informações sobre a desativação dos hospitais de campanha e o uso de verbas públicas na pandemia, a Procuradoria-Geral da República (PGR) minimizou o movimento e disse, ontem, que “cumprir seu dever de fiscalizar”. Segundo o órgão, as notificações a agentes públicos fazem parte da rotina da instituição.

“É dever da 1CCR (Câmara de Direitos Sociais e Fiscalização de Atos Administrativos em Geral) velar por atos, contratos e aplicação de verbas públicas e fiscalizar e controlar a correta destinação de recursos públicos federais nas áreas de saúde e educação”, sustenta a nota.

Os gestores estaduais foram notificados após a instalação da CPI da Covid, no Senado, que vai investigar a atuação e possíveis omissões do governo Jair Bolsonaro na crise sanitária, além de indícios de irregularidades no uso de recursos repassados pela União para as unidades da Federação enfrentarem a crise sanitária. Acabaram sendo requisitados esclarecimentos complementares depois que uma primeira leva de informações foi considerada “insuficiente” ou “incompleta” pelo Ministério Público Federal.

“A fiscalização, que é dever do órgão superior do Ministério Público Federal, não começou na semana passada”, segue a Procuradoria. “Em outra linha de atuação, na esfera criminal, a PGR investigava oito governadores desde o início da pandemia.”

Nos documentos, a subprocuradora-geral da República, Lindôra Araújo, pede esclarecimentos sobre o uso de repasses federais. Recentemente, Bolsonaro, em guerra com governadores e prefeitos desde o início da crise sanitária, levantou desconfiança sobre supostos desvios de recursos da Saúde. No final de fevereiro, o presidente chegou a publicar nas redes sociais uma lista com valores enviados pela União

para cada estado, em 2020, para o combate à pandemia.

Lindôra é braço direito do chefe do Ministério Público Federal, Augusto Aras, que vem sendo criticado nos bastidores da PGR por, na visão de adversários, tentar se cacifar para a vaga que será aberta no Supremo Tribunal Federal (STF), em julho, com a aposentadoria do decano Marco Aurélio Mello.

Na nota divulgada, a PGR esclarece que a decisão de enviar os ofícios aos governadores foi tomada em conjunto pelos membros da Câmara de Direitos Sociais e Fiscalização de Atos Administrativos em Geral do MPF.

“É preciso destacar que as Câmaras de Coordenação e Revisão do MPF são órgãos cujos membros têm independência funcio-

nal e que o procurador-geral da República, Augusto Aras, não interfere nos seus trabalhos”, frisa. “Além disso, as apurações que envolvem governadores vêm sendo realizadas, dentro das atribuições da instituição, para garantir a correta aplicação das verbas públicas no enfrentamento da grave epidemia da covid-19.”

Na semana passada, o próprio procurador-geral pediu informações dos governadores sobre o ritmo de vacinação contra a covid-19. Aras quer esclarecimentos sobre a diferença entre número de vacinas que o Ministério da Saúde diz ter distribuído e doses efetivamente aplicadas. Reservas para a segunda dose e intervalo para entrega de lotes e registro de informações contribuem para diferença nas contagens.



A fiscalização, que é dever do órgão superior do Ministério Público Federal, não começou na semana passada. Em outra linha de atuação, na esfera criminal, a PGR investigava oito governadores desde o início da pandemia”

Trecho da nota da Procuradoria

INVESTIGAÇÃO

PF intima Boulos com base na LSN

Mauro Pimentel/AFP - 23/10/18



Guilherme Boulos: inquérito é “tentativa vergonhosa de intimidação”

Disparada

O número de inquéritos abertos com base na Lei, editada em plena ditadura militar, aumentou 285% nos dois primeiros anos do governo Bolsonaro na comparação com o mesmo período das gestões Dilma Rousseff e Michel Temer.

José Medeiros (Podemos-MT) por meio de uma representação.

Autoritarismo

O então chefe do Ministério da Justiça, André Mendonça — atual advogado-geral da União e um dos cotados para assumir vaga no Supremo Tribunal Federal com a aposentadoria do ministro Marco Aurélio Mello — pediu à PF que abrisse inquérito com base na LSN para investigar a publicação.

Boulos classificou o inquérito como uma “tentativa vergonhosa de intimidação” que “de-

Saiba mais

Projeto para revogar lei

Por 386 votos a 57, a Câmara aprovou, na terça-feira, o requerimento de urgência para o Projeto de Lei 6.764/02 que revoga a Lei de Segurança Nacional (LSN). Criada na ditadura militar, a legislação tem sido usada de forma recorrente pelo governo Bolsonaro para investigar opositores e críticos. Com a decisão da Casa, o projeto poderá ser incluído na pauta nas próximas sessões do plenário. No parecer, a relatora, deputada Margarete Coelho (PP-PI), pretende derrubar o texto atual e aprovar, em seu lugar, a Lei de Defesa do Estado Democrático de Direito.

monstra a escalada autoritária e o desespero deste governo de não aceitar a oposição e a diversidade”. O político lembrou, ainda, que a LSN tem sido usada para “tentar silenciar” diferentes pessoas que fazem oposição” a Bolsonaro. “Chega a ser irônico que eu esteja sendo alvo de um inquérito policial por suspeita de ter ameaçado o presidente ao ter feito um comentário rebatendo uma frase proferida por Bolsonaro a qual, ela sim, representa uma ameaça às instituições e à ordem constitucional no nosso país”, registrou Boulos, em nota.



Nas entrelinhas

por Luiz Carlos Azedo
luizazedo.dfgabr.com.br

Pablo Valadares/Câmara dos Deputados



Reabrir as escolas, por que não?

Depois de sete horas de disputa em plenário, na terça-feira, a Câmara dos Deputados aprovou o projeto que regulamenta a reabertura de escolas e faculdades durante a pandemia (PL 5.595/20), mas a polêmica continua. O texto torna a educação básica e superior serviços essenciais, ou seja, não podem ser interrompidos durante a crise sanitária. O texto seguirá para o Senado, onde a discussão deve pegar fogo. A proposta inverte a equação: proíbe a suspensão de aulas presenciais durante pandemias e calamidades públicas, exceto se houver critérios técnicos e científicos justificados pelo Poder Executivo quanto às condições sanitárias do estado ou município.

O fato de a relatora do projeto ser a polêmica deputada Joice Hasselmann (foto), do PSL-SP, facilitou a vida dos setores de esquerda que se opõem à abertura das escolas, apesar de ter incorporado emendas que estabelecem protocolos para o retorno escolar. Autora da proposta, a deputada Paula Belmonte (Cidadania-DF) destaca que o texto foi alterado para garantir segurança de professores e alunos. Outros deputados de perfil conservador e liberal patrocinaram a aprovação. “Esse projeto é de suma importância para (...) aquela mãe ou para aquele pai que não tem onde deixar o seu filho, (...) que é analfabeto e que não pode colaborar com a educação domiciliar, (...) que não tem conexão, computador e, como muitos disseram aqui, não tem água nem luz, às vezes”, argumentou a deputada Aline Sleutjes (PSL-PR).

Tiago Mitraud (Novo-MG) criticou a mobilização sindical contra a proposta: “É ter as crianças fora da sala de aula, mais uma vez, ter que se submeter aos interesses das corporações dos sindicatos”. Ex-relatora do Fundeb, respeitada educadora, Professora Dorinha (DEM-TO), porém, crítica o projeto. “A nossa preocupação é que a educação seja prioridade de investimento, de política, de formação”, disse. A líder do PSol, deputada Talíria Petrone (RJ), endossa a crítica: o texto “prioriza interesses privados, e não, investimentos na adaptação da infraestrutura educacional para a pandemia ou para expansão de acesso à internet pelos alunos”.

Califórnia

Um dos argumentos contra o projeto é o de que o Brasil é muito desigual, e as escolas das periferias e pequenos municípios não têm condições de seguir os protocolos. Entretanto, há inúmeros exemplos de escolas em locais remotos com alto desempenho escolar. Por isso, lembrei-me do best seller *A quarta revolução*, a corrida global para reinventar o Estado, de John Micklethwait e Adrian Wooldidge.

O glamour hollywoodiano da Califórnia, por causa de Beverly Hills e do Vale do Silício, esconde milhares de condados, cidades e distritos, nos quais se reproduz o abismo existente entre Palo Alto, com suas empresas de alta tecnologia, e a burocrática Sacramento, a capital do estado com a terceira Constituição mais longa do mundo. Milhares de leis estaduais e locais de iniciativa popular engessam três quartos do orçamento público.

Os lobbies mais poderosos da Califórnia são: o dos agentes penitenciários (republicano), que aumentaram os empregos nos presídios e a população carcerária, com a duplicação das penas para criminosos reincidentes, e o dos professores da rede pública (democrata), cujo sindicato gastou US\$ 210 milhões em campanhas políticas, entre 2000 e 2010, para conquistar uma taxa de demissão de 0,3%, ou seja, não importa o desempenho, professores são “imexíveis”. Há 50 anos, a Califórnia tinha o melhor sistema de ensino dos Estados Unidos; hoje, disputa com o Mississippi os maiores índices de analfabetismo e gastos per capita. Quem manda na rede de ensino público não são seus gestores, são os sindicatos de professores.

Em quase todos os lugares do mundo, as escolas públicas foram as últimas a fechar e as primeiras a reabrir durante a pandemia; aqui no Brasil, é o contrário. Tem alguma coisa errada. Os prejuízos para as crianças fora da escola não são tangíveis, vão muito além dos boletins escolares. E são justamente as mais pobres que mais precisam voltar às salas de aula.

“Em quase todos os lugares do mundo, as escolas públicas foram as últimas a fechar e as primeiras a reabrir durante a pandemia; aqui no Brasil, é o contrário”